



Parágrafo único. A negociação é recomendada, ainda, para a solução de problemas referentes à formulação de convênios, redes de trabalho e parcerias entre entes públicos e privados, bem como entre os próprios membros do Ministério Público.

Seção II - Da mediação

Art. 9º A mediação é recomendada para solucionar controvérsias ou conflitos que envolvam relações jurídicas nas quais é importante a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes.

Parágrafo único. Recomenda-se que a mediação comunitária e a escolar que envolvam a atuação do Ministério Público sejam regidas pela máxima informalidade possível.

Art. 10. No âmbito do Ministério Público:

I - a mediação poderá ser promovida como mecanismo de prevenção ou resolução de conflito e controvérsias que ainda não tenham sido judicializados;

II - as técnicas do mecanismo de mediação também podem ser utilizadas na atuação em casos de conflitos judicializados;

III - as técnicas do mecanismo de mediação podem ser utilizadas na atuação em geral, visando ao aprimoramento da comunicação e dos relacionamentos.

§1º Ao final da mediação, havendo acordo entre os envolvidos, este poderá ser referendado pelo órgão do Ministério Público ou levado ao Judiciário com pedido de homologação.

§2º A confidencialidade é recomendada quando as circunstâncias assim exigirem, para a preservação da intimidade dos interessados, ocasião em que deve ser mantido sigilo sobre todas as informações obtidas em todas as etapas da mediação, inclusive nas sessões privadas, se houver, salvo autorização expressa dos envolvidos, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo o membro ou servidor que participar da mediação ser testemunha do caso, nem atuar como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese.

Seção III - Da conciliação

Art. 11. A conciliação é recomendada para controvérsias ou conflitos que envolvam direitos ou interesses nas áreas de atuação do Ministério Público como órgão interveniente e nos quais sejam necessárias intervenções propondo soluções para a resolução das controvérsias ou dos conflitos.

Art. 12. A conciliação será empreendida naquelas situações em que seja necessária a intervenção do membro do Ministério Público, servidor ou voluntário, no sentido de propor soluções para a resolução de conflitos ou de controvérsias, sendo aplicáveis as mesmas normas atinentes à mediação.

Seção IV - Das práticas restaurativas

Art. 13. As práticas restaurativas são recomendadas nas situações para as quais seja viável a busca da reparação dos efeitos da infração por intermédio da harmonização entre o (s) seu (s) autor (es) e a (s) vítima (s), com o objetivo de restaurar o convívio social e a efetiva pacificação dos relacionamentos.

Art. 14. Nas práticas restaurativas desenvolvidas pelo Ministério Público, o infrator, a vítima e quaisquer outras pessoas ou setores, públicos ou privados, da comunidade afetada, com a ajuda de um facilitador, participam conjuntamente de encontros, visando à formulação de um plano restaurativo para a reparação ou minoração do dano, a reintegração do infrator e a harmonização social.

Seção V - Das convenções processuais

Art. 15. As convenções processuais são recomendadas toda vez que o procedimento deva ser adaptado ou flexibilizado para permitir a adequada e efetiva tutela jurisdicional aos interesses materiais subjacentes, bem assim para resguardar âmbito de proteção dos direitos fundamentais processuais.

Art. 16. Segundo a lei processual, poderá o membro do Ministério Público, em qualquer fase da investigação ou durante o processo, celebrar acordos visando constituir, modificar ou extinguir situações jurídicas processuais.

Art. 17. As convenções processuais devem ser celebradas de maneira dialogal e colaborativa, com o objetivo de restaurar o convívio social e a efetiva pacificação dos relacionamentos por intermédio da harmonização entre os envolvidos, podendo ser documentadas como cláusulas de termo de ajustamento de conduta.

CAPÍTULO IV

DA ATUAÇÃO DOS NEGOCIADORES, CONCILIADORES E MEDIADORES

Art. 18. Os membros e servidores do Ministério Público serão capacitados pelas Escolas do Ministério Público, diretamente ou em parceria com a Escola Nacional de Mediação e de Conciliação (ENAM), da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, ou com outras escolas credenciadas junto ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público, para que realizem sessões de negociação, conciliação, mediação e práticas restaurativas, podendo fazê-lo por meio de parcerias com outras instituições especializadas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Caberá ao Conselho Nacional do Ministério Público compilar informações sobre a resolução autocompositiva de conflitos.

Art. 20. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS  
Presidente do Conselho

PLENÁRIO

DECISÃO DE 20 DE JANEIRO DE 2015

PROCESSO Nº 0.00.000.000996/2014-67 (PIC)  
REQUERENTE: COMISSÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE  
DECISÃO

Acolho o parecer exarado pelo membro auxiliar da CJI- Comissão da Infância e Juventude de fls. 435/440, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 43, "b", do RICNMP. Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR  
Presidente da Comissão de Infância e Juventude

DECISÕES DE 22 DE JANEIRO DE 2015

PROCESSO: RIEP 0.00.000.001433/2014-96  
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE  
REQUERENTE: COMISSÃO DOS INFECTADOS POR MICOBACTÉRIA NO ESPÍRITO SANTO  
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO  
(...)

Diante da ausência de atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 36 do RICNMP, por parte do requerente, determino o arquivamento desta Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo nº 0.00.000.001433/2014-96, com fulcro no art. 43, IX, "a", do RICNMP.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE  
Conselheiro-Relator

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.001782/2014-16  
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE  
REQUERENTE: MARIA ESTER FERRAZ DE CARVALHO  
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ  
DECISÃO

(...)

Ante o exposto, demonstrada a incompatibilidade da pretensão da requerente com o Enunciado nº 08 deste Conselho Nacional, determino o arquivamento do presente Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.001782/2014-16, com fundamento no art. 43, inciso IX, alínea "d", do RICNMP.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE  
Conselheiro-Relator

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.001404/2014-24  
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE  
REQUERENTE: SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
DECISÃO

(...)

No entanto, não antevejo qualquer violação à Lei nº 12.527/2011, razão pela qual determino o arquivamento deste procedimento de controle administrativo nº 0.00.000.001404/2014-24, em virtude de sua manifesta improcedência, com fundamento no art. 43, inciso IX, alínea "b", do RICNMP.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE  
Conselheiro-Relator

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.001395/2014-71  
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE  
REQUERENTE: GABRIEL LOUREIRO RODRIGUES E OUTRO  
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO  
(...)

Assim, não vislumbro qualquer ilegalidade na Resolução CPJ nº 006/2014 do Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo que determino o arquivamento deste Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.001395/2014-71 diante de sua manifesta improcedência, com fundamento no art. 43, IX, "b", do RICNMP.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE  
Conselheiro-Relator

PROCESSO: RIEP Nº 0.00.000.001796/2014-21  
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE  
REQUERENTE: ROSANGELA MARIA DOS SANTOS  
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA MINAS GERAIS

DECISÃO  
(...)

Ante o exposto, verifico a perda do objeto desta Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo nº 0.00.000.001796/2014-21, razão pela qual determino o arquivamento do feito, com fundamento no art. 43, inciso IX, alínea "b", do RICNMP.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE  
Conselheiro-Relator

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 50, DE 21 DE JANEIRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e Considerando o planejamento estratégico do Ministério Público Federal e a defesa de suas prerrogativas institucionais, bem como os assuntos tratados na reunião de 17 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Instaurar Procedimento Administrativo (PA) a fim de designar membros ou criar comissões de trabalho e discussão, compostas por integrantes da instituição, incumbidos de elaborar propostas legislativas e/ou de atuação institucional, as quais serão apresentadas e divulgadas pelo Procurador-Geral da República, a partir do exercício de 2015, acerca dos seguintes temas:

I - melhoria do sistema brasileiro relacionado à cooperação jurídica internacional;

II - aperfeiçoamento do procedimento extradicional brasileiro;

III - criação de autoridade central brasileira em matéria de cooperação jurídica internacional;

IV - estabelecimento, nas dependências dos presídios federais brasileiros, de ala específica destinada aos presos estrangeiros em processo de extradição;

V - aperfeiçoamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 15/2011, do Senado Federal;

VI - aprimoramento da Proposta de Emenda à Constituição nº 505/2010, da Câmara dos Deputados (bem como das proposições a ela apensadas);

VII - análise da Proposta de Emenda à Constituição nº 51/2013, do Senado Federal;

VIII - modificação da legislação eleitoral para nela incluir novos tipos penais e acrescentar a previsão de responsabilização administrativa e judicial de todos aqueles que praticarem atos de corrupção lesivos à administração eleitoral;

IX - aproveitamento dos estudos desenvolvidos e elaborados pela força-tarefa designada para atuar na denominada "Operação Lava Jato"; e

X - implementação de medidas nacionais e internacionais voltadas ao combate à corrupção em suas mais variadas formas.

Art. 2º O Procurador-Geral da República indicará, a título de providências iniciais, a abertura de anexo para cada um dos temas aludidos nos incisos do artigo 1º, bem como a elaboração de portarias designando membros do MPF que atuarão, individualmente ou mediante a formação de comissões, em tais assuntos.

Parágrafo único. As matérias concernentes ao caput deste artigo poderão ser analisadas de forma isolada ou em conjunto com outras a elas correlacionadas, facultando-se a cada membro ou comissão a realização de encontros necessários, em prol da unidade e da uniformidade de atuação institucional.

Art. 3º A partir das efetivas designações previstas no artigo 2º, os prazos estabelecidos serão de:

I - trinta dias, para que seja entregue o relatório parcial quanto aos itens alinhavados; e

II - sessenta dias, para a finalização e cumprimento dos objetivos do procedimento administrativo previsto nesta norma.

Art. 4º O procedimento administrativo concernente a esta portaria deverá receber tramitação prioritária, no âmbito do Gabinete do Procurador-Geral da República.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 30, DE 25 DE JANEIRO DE 2015

Reabre créditos especiais em favor da Justiça Eleitoral, abertos pelas Leis nºs 13.070 e 13.073, de 30 de dezembro de 2014.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 167 da Constituição, no art. 47 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, nas Leis nºs 13.070 e 13.073, de 30 de dezembro de 2014, e no Procedimento Administrativo nº 59/2015, resolve:

Art. 1º Ficam reabertos os créditos especiais em favor da Justiça Eleitoral, pelos saldos apurados em 31 de dezembro de 2014, no valor global de R\$ 9.103.407,00 (nove milhões, cento e três mil, quatrocentos e sete reais), para atender à programação indicada no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min DIAS TOFFOLI